



<u>DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026</u>	
DISPENSA ELETRONICA 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 025/2026	ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 23/03/2026 às 11:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); DO ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 26/03/2026 às 07:59 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF); SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 26/03/2026 das 08:00 horas às 14:00 .
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia, visando atender às demandas do Município de Sebastião Leal – PI, conforme especificações abaixo: <ul style="list-style-type: none">• Lote 01: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de campo de várzea;• Lote 02: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de pista de caminhada	
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 26.365,89 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: prefeiturasleal@gmail.com Plantaforma: licitanet	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL-PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2026
Processo Administrativo nº 025/2026
Edital Nº 017/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) a Prefeitura Municipal de Sebastião Leal por meio do(a) Secretaria Municipal de Administração com sede na Rua São José Nº 56 – Bairro Centro, realizará procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento (**MENOR PREÇO POR LOTE**) nos termos ainda o Decreto Municipal nº 001/2025 e Decretos Municipais nº 003/2025, 006/2025, 007/2025 e 08/2025, e demais legislações vigentes, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Art. 75 Inciso II da Lei nº 14.133/21, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia, visando atender às demandas do Município de Sebastião Leal – PI, conforme especificações constantes no termo de referência.

1.2. A contratação será exclusiva para ME, EPP E MEI, cujo interessados que atuam no ramo do objeto desta dispensa de licitação, conforme as especificações descritas no Termo de referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante acesso à plataforma eletrônica LICITANET, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. pessoa física.



2.2.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- c) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.4.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os objetos nos seus termos.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

FASE DE LANCES

3.9. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.9.1. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do lote**.

3.9.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.9.4. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

3.9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$10,00 reais.

3.9.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.9.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.9.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.9.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.9.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.10. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

3.10.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

3.10.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

3.10.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



- 3.10.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 3.10.5. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 3.10.6. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 3.10.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.10.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 3.10.9. contiver vícios insanáveis;
- 3.10.10. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 3.10.11. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 3.10.12. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 3.10.13. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 3.10.14. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 3.10.14.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 3.10.14.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 3.10.15 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.10.16 HABILITAÇÃO

- 3.10.17 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 3.10.18 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 3.10.19 a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 3.10.20 b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 3.10.21 c) **Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU**;
- 3.10.22 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 3.10.23 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 3.10.24 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 3.10.25 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 3.10.26 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 3.10.27 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 3.10.28 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos



documentos por ele abrangidos.

3.10.29 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

3.10.30 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

3.10.31 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.10.32 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

3.10.33 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

3.10.34 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente,

3.10.35 na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

3.10.36 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

3.10.37 CONTRATAÇÃO

3.10.38 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.10.39 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.10.40 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3.10.41 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

3.10.42 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

3.10.43 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.44 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.10.45 O prazo de vigência da contratação é de até 31 de Dezembro de 2025, prorrogável conforme previsão nos anexos a este edital de Contratação Direta.

3.10.46 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4 SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa ao prestador que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

4.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

4.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

4.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



do prazo de validade de sua proposta;

4.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

4.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

4.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

4.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 4.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 4.1.1 a 4.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 4.1.2 a 4.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 4.1.8 a 4.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

4.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

4.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

4.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

4.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

4.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

4.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

4.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

4.8.1 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

4.8.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

4.8.3 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

4.8.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.8.5 O procedimento será divulgado no LICITANET, endereço: www.licitanet.com.br

4.8.6 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

4.8.6.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

4.8.6.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

4.8.6.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

4.8.6.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

4.8.7 As providências dos subitens 4.17.19.1 e 4.17.19.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

4.8.8 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

4.8.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8.10 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

4.8.11 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

4.8.12 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.8.13 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

4.8.14 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

4.8.15 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

4.8.16 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

4.8.17 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



-
- 4.8.18 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
4.8.19 ANEXO II – Termo de Referência;
4.8.20 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Sebastião Leal PI, 19 de março de 2026.

Camila de Sousa Veloso
Agente de Contratação



ANEXO I –

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;
- 1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 2.5. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- 2.6. Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) por seu representante legal, que comprove(m) que a licitante executou ou está executando serviços similares ao objeto desta contratação, bem como a respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA;

4.1.1. Os atestados deverão demonstrar a execução satisfatória dos serviços, podendo a Administração promover diligência para verificação das informações prestadas.

4.1.2. Comprovação de registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional competente (CREA e/ou CAU), em plena validade.

4.1.3. Comprovação de vínculo do(s) responsável(is) técnico(s) com a empresa, podendo ser por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

4.1.4. Declaração de que apresentará, na fase de execução contratual, a devida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), conforme o caso.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia, visando atender às demandas do Município de Sebastião Leal – PI, conforme especificações abaixo:

- **Lote 01:** Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de campo de várzea; **Lote 02:** Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de pista de caminhada;

JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a elaboração de Projetos Executivos de Engenharia para construção de um campo de várzea e uma pista de caminhada no município de Sebastião Leal – PI.

Destaca-se que os serviços ora pretendidos possuem natureza **específica, técnica e com escopo definido**, consistindo na elaboração de projetos executivos completos, contendo levantamentos topográficos, projetos complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais peças técnicas exigidas pelos órgãos concedentes.

Importante ressaltar que, embora o município possua contratos vigentes de assessoria técnica em engenharia, tais instrumentos possuem caráter **contínuo e de apoio administrativo/técnico**, não abrangendo a elaboração de projetos executivos completos e individualizados para obras específicas.

Dessa forma, a utilização dos contratos vigentes para tal finalidade configuraria **desvio de objeto contratual**, o que não é permitido pela legislação vigente.

Assim, justifica-se a realização de nova contratação, específica para atender às demandas dos projetos vinculados aos instrumentos nº 990941 (campo de várzea) e nº 990999 (pista de caminhada), garantindo conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as exigências técnicas e normativas dos órgãos financiadores.

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto desta contratação será executado pela Contratada mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Administração, devidamente assinada pela autoridade competente ou servidor designado.

2.2. A Contratada deverá elaborar os Projetos Executivos de Engenharia, conforme cada lote contratado, contemplando todas as peças técnicas necessárias à execução das obras, em conformidade com as normas da ABNT e exigências dos órgãos concedentes.



2.3. Os serviços deverão incluir, no mínimo:

- a) Levantamento planialtimétrico e perimétrico da área;
- b) Elaboração dos projetos complementares;
- c) Emissão da Dispensa do Licenciamento Ambiental;
- d) Elaboração de orçamento detalhado, com composições unitárias de custos;
- e) Memorial descritivo, especificações técnicas e memória de cálculo;
- f) BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- g) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
- h) Demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

2.4. Os projetos deverão ser entregues em meio digital (formatos editáveis e PDF) e físico (impressos), devidamente assinados por profissional habilitado.

2.5. A Contratada deverá garantir a compatibilidade entre os projetos, bem como a precisão das informações técnicas, responsabilizando-se por eventuais ajustes necessários para aprovação junto aos órgãos competentes.

2.6. Os serviços deverão ser executados com observância às normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT, e à legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021.

2.7. A Contratada deverá prestar esclarecimentos técnicos e realizar eventuais adequações nos projetos, sempre que solicitado pela Administração, até a aprovação final.

3. RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Constatadas irregularidades na execução do objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

3.1.1. Quanto à qualidade ou conformidade dos projetos apresentados, rejeitá-los, no todo ou em parte, determinando sua adequação, complementação ou refazimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

3.1.2. Na hipótese de necessidade de correção, a Contratada deverá proceder às adequações indicadas pela Administração no prazo estabelecido na notificação, observado o grau de complexidade do ajuste, não podendo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis, mantidas as condições e o preço inicialmente contratados;

3.1.3. A execução dos serviços terá início após a emissão da Ordem de Serviço, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, devidamente autorizadas pela autoridade competente;

3.1.4. A Contratada deverá promover os ajustes necessários até a aprovação final dos projetos pelos órgãos competentes, sem ônus adicional para a Administração.

4. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Finanças de SEBASTIÃO LEAL-PI, até 30 (trinta), dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do fornecimento, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato,



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



nota de empenho, certidão negativa de débitos trabalhistas, FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a SEFAZ, certidão negativa de débitos municipais, autorização de fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93.

4.1.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços prestados e produtos fornecidos a que se referir.

4.1.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

4.1.3. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução dos serviços.

5. DA UNIDADE FISCALIZADORA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.1. Será designado pela Administração servidor para atuar como Fiscal e/ou Gestor do Contrato, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo registrar em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades constatadas.

5.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal/Gestor deverão ser encaminhadas à autoridade superior competente, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

5.1.2. O recebimento dos serviços ficará a cargo da unidade requisitante, por meio do Fiscal/Gestor do Contrato ou servidor por ele designado, mediante verificação da conformidade dos projetos apresentados com as especificações estabelecidas neste instrumento.

5.2. Os serviços serão recebidos:

I – Provisoriamente, mediante atesto do Fiscal/Gestor do Contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade técnica dos projetos apresentados;

II – Definitivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade técnica, aprovação pela Administração e, quando aplicável, pelos órgãos competentes, desde que não haja pendências ou irregularidades a serem sanadas.

5.3. Verificada qualquer falha, inadequação ou desconformidade nos projetos apresentados, a CONTRATADA será notificada formalmente pelo Fiscal/Gestor do Contrato e deverá proceder às devidas correções no prazo estabelecido na notificação, observado o grau de complexidade do ajuste, não podendo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

5.4. Os projetos somente serão considerados concluídos após aprovação final pela Administração e, quando exigido, pelos órgãos concedentes, incluindo eventuais ajustes solicitados.

6. DO CONTRATO

6.1 Com base no Art. 75 inciso II da Lei 14.133/2021, após a HOMOLOGAÇÃO pela Prefeita Municipal será

Rua São José, 56 – Sebastião Leal – Piauí – CEP- 64.873-000*****CNPJ 01612610/0001-09

E-mail: prefeiturasleal@gmail.com ***** Portal www.sebastiaoaleal.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



formalizado Contrato que contará, necessariamente, com as condições especificadas no Edital ou sua substituição por instrumentos similares, conforma faculta o Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1 Todos os instrumentos e atos oriundos da presente licitação são complementares entre si para todos os efeitos legais, inclusive para fins de apurar as responsabilidades das partes.

7. DA ADJUDICAÇÃO E FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1 Não havendo interposição de recurso, o agente de contratação fará a adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores que ofertarem o MENOR PREÇO. Na existência de recurso e sendo estes decididos, a autoridade competente fará a adjudicação.

7.2 A homologação da licitante(s) é de responsabilidade da autoridade competente como ato de controle final e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao(s) proponente(s) vencedor (es), seja de parte do agente de contratação ou da própria autoridade em grau do reexame do recurso.

7.3 Para a prestação dos serviços fica facultada a Secretaria requisitante firmar contrato ou substituí-lo por NOTA DE EMPENHO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA, ORDEM DE SERVIÇOS ou outro instrumento similar.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste procedimento, bem como das obrigações decorrentes do contrato, cabe à CONTRATADA:

8.1.1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

8.1.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato;

8.1.3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto;

8.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.1.5. Garantir a qualidade técnica dos projetos elaborados, responsabilizando-se pela correção, revisão ou refazimento, às suas expensas, de quaisquer serviços em desacordo com as especificações;

8.1.6. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

8.1.7. Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT, e demais legislações aplicáveis;

8.1.8. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade que possa comprometer a execução dos serviços;

8.1.9. Assumir responsabilidade civil e técnica pelos serviços executados;

8.1.10. Responsabilizar-se pela compatibilização entre todos os projetos e documentos técnicos elaborados;

Rua São José, 56 – Sebastião Leal – Piauí – CEP- 64.873-000*****CNPJ 01612610/0001-09

E-mail: prefeiturasleal@gmail.com ***** Portal www.sebastiaoaleal.pi.gov.br



- 8.1.11. Arcar com eventuais prejuízos decorrentes de falhas ou irregularidades na execução dos serviços;
- 8.1.12. Indicar responsável técnico devidamente habilitado e registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa aos serviços executados;
- 8.1.13. Prestar esclarecimentos técnicos e realizar ajustes nos projetos sempre que solicitado pela Administração, até sua aprovação final;
- 8.1.14. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todas as informações necessárias;
- 8.1.15. Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à execução do objeto;
- 8.1.16. Não divulgar informações ou dados relacionados ao objeto contratual sem autorização prévia da CONTRATANTE;
- 8.1.17. Assumir integral responsabilidade por eventuais demandas judiciais decorrentes da execução do contrato;
- 8.1.18. Fornecer, sempre que solicitado, informações e relatórios técnicos sobre o andamento dos serviços;
- 8.1.19. Informar na proposta endereço eletrônico (e-mail) e telefone atualizados para comunicação com a Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 9.1. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à CONTRATANTE:
 - 9.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste instrumento;
 - 9.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor designado, podendo solicitar esclarecimentos e ajustes sempre que necessário;
 - 9.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os projetos apresentados em desacordo com as especificações estabelecidas;
 - 9.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 9.1.5. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados, após o atesto da execução dos serviços e aprovação dos projetos;
 - 9.1.6. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA antes de cada pagamento;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



9.1.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à adequada execução dos serviços;

9.1.8. Aprovar ou solicitar ajustes nos projetos apresentados, no prazo razoável, a fim de não prejudicar o andamento dos serviços.

10. DO VALOR ESTIMADO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Após levantamento técnico realizado pelo setor de engenharia do Município de Sebastião Leal – PI, com base nos memoriais descritivos, especificações técnicas, composições de custos e planilhas orçamentárias, elaborados conforme normas técnicas vigentes, foram definidos os valores estimados para a futura contratação, conforme discriminado abaixo:

LOTE I → PROJETO CAMPO DE VÁRZEA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR PREVISTO TOTAL
1	<ul style="list-style-type: none">Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de campo de várzea;	SERVIÇO	1	R\$14.640,00

LOTE II → PROJETO PISTA DE CAMINHADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR PREVISTO TOTAL
1	<ul style="list-style-type: none">Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção de pista de caminhada	SERVIÇOS	1	R\$ 11.725,89

VALOR TOTAL: R\$ 26.365,89 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

10.2. Os valores acima foram definidos com base em parâmetros técnicos e refletem os custos necessários à execução integral dos serviços, incluindo encargos sociais, tributos, despesas indiretas e demais custos envolvidos.

10.3. A licitante vencedora deverá apresentar proposta de preços readequada ao valor final ofertado, em papel timbrado da empresa, no prazo fixado pela Agente de Contratação, contados a partir da convocação.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



10.4. A proposta readequada deverá estar acompanhada, quando solicitado, da planilha de composição de custos, em conformidade com os quantitativos e especificações constantes no Projeto Básico.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



ANEXO III

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 010/2026
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXXXXXX

Processo Administrativo nº 025/2026 – Dispensa Eletrônica nº 010/2026

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL-PI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São José Nº 56- Bairro Centro, Sebastião Leal-PI, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIUPAL *******, CNPJº *****, endereço ***** Bairro **-, Sebastião Leal-PI, neste ato representado, pelo Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado. portador do CPF XXXXXX-00 e RG XXXX-SSP-PI, residente e domiciliado à rua xxxxxxxx Centro- Sebastião Leal-PI, simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, o contrato, previsto na Dispensa Eletrônica Nº 010/2026, formalizada nos autos do Processo Administrativo nº025/2026, observadas as prescrições da Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, e pelas condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia, visando atender às demandas do Município de Sebastião Leal – PI, conforme especificações, descrita na proposta.

1.3 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 125, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

1.4 A CONTRATADA prestará os serviços, rigorosamente de acordo com os termos deste contrato, sem prejuízo das prescrições e obrigações previstas no Edital e anexo, de acordo com o presente instrumento de forma complementar para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO

2.1. Os serviços serão executados conforme as demandas da Prefeitura Municipal de Sebastião Leal – PI, mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Administração.

2.2. O prazo para execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



- 2.3. O prazo estabelecido refere-se à entrega inicial dos projetos executivos, não sendo computados os períodos em que os projetos estiverem sob análise da Administração ou de órgãos competentes, bem como aqueles destinados à realização de ajustes solicitados.
- 2.4. A Contratada deverá elaborar os Projetos Executivos de Engenharia, conforme cada lote contratado, com base nas informações fornecidas pela CONTRATANTE e nas condições reais do local.
- 2.5. A Contratada deverá realizar todos os levantamentos necessários à elaboração dos projetos, incluindo levantamento planialtimétrico e planimétrico da área.
- 2.6. Os projetos deverão ser desenvolvidos de forma clara, organizada e tecnicamente compatível, contemplando todas as disciplinas necessárias.
- 2.7. A Contratada deverá observar os prazos estabelecidos no cronograma definido pela Administração para entrega dos projetos e suas respectivas etapas.
- 2.8. Os projetos deverão ser entregues completos, contendo todos os elementos técnicos necessários à execução da obra, incluindo orçamento detalhado, composições de custos, memoriais descritivos e especificações técnicas.
- 2.9. A Contratada deverá garantir a compatibilização entre todos os projetos elaborados, evitando inconsistências técnicas.
- 2.10. A Contratada deverá proceder às revisões e ajustes necessários sempre que solicitado pela Administração, até a aprovação final dos projetos, sem ônus adicional.
- 2.11. A Contratada deverá observar integralmente as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT, bem como as exigências dos órgãos concedentes e da legislação aplicável.
- 2.12. A Contratada deverá manter sigilo sobre informações técnicas e dados fornecidos pela CONTRATANTE, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1 valor global do presente CONTRATO é de R\$ xxxxxxxxxx, destinado a atender a demanda da contratante pelo período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As aquisições dos objetos correrão por conta de recursos oriundos da Secretaria Municipal de Administração; **Projeto/Atividade: XXXX; Elemento de Despesa: XXXX; Fonte de Recursos: XXXX.**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1 O pagamento será realizado pela Secretaria Municipal de Finanças de Sebastião Leal-PI, através do setor competente, em até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao fornecimento do objeto, acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 03



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



(três) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade fiscal junto à união, estado e município, CNDT e FGTS, Autorização de Fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

5.2 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os objetos fornecidos.

5.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta do fornecimento do objeto.

5.5 O pagamento somente será realizado após a verificação da situação das formalidades acima previstas, relativa às condições de habilitação exigidas na contratação e em caso de pendência o pagamento será suspenso, até regularização fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O presente Contrato terá vigência de até 30 de maio de 2026, a partir de sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado nos casos autorizados na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Além das obrigações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, as partes comprometem-se a cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos da legislação aplicável.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Nomear preposto para representá-la na execução do contrato, com poderes para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.2.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.2.3. Reparar, corrigir, revisar ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os projetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.2.4. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

7.2.5. Garantir a execução integral e adequada dos projetos executivos, conforme especificações técnicas estabelecidas;

7.2.6. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, especialmente o prazo de entrega inicial dos projetos;

7.2.7. Comunicar à CONTRATANTE qualquer irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços;

7.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



7.2.9. Assumir responsabilidade técnica pelos serviços executados, inclusive quanto à precisão dos projetos e seus elementos;

7.2.10. Providenciar o registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços executados;

7.2.11. Garantir a compatibilização entre todos os projetos e documentos técnicos elaborados;

7.2.12. Realizar ajustes, revisões e adequações sempre que solicitado pela Administração, até a aprovação final dos projetos, sem ônus adicional;

7.2.13. Observar e cumprir as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT, bem como as exigências dos órgãos concedentes;

7.2.14. Manter sigilo sobre informações técnicas e dados fornecidos pela CONTRATANTE;

7.2.15. Assumir responsabilidade por eventuais demandas judiciais relacionadas à execução contratual.

7.3. É vedado à CONTRATADA

7.3.1. Veicular publicidade ou utilizar o nome da CONTRATANTE sem autorização prévia;

7.3.2. Subcontratar o objeto contratual, salvo autorização expressa da CONTRATANTE;

7.3.3. Contratar servidor ou agente público vinculado à CONTRATANTE, em observância às normas de vedação ao nepotismo.

7.4. São obrigações da CONTRATANTE:

7.4.1. Emitir a Ordem de Serviço e a respectiva Nota de Empenho;

7.4.2. Fornecer todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços;

7.4.3. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

7.4.4. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de falhas ou irregularidades;

7.4.5. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, após o atesto e aprovação dos projetos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

8.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado, a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, conforme previsto no artigo 111, II, da Lei Federal 14.133/21.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



8.3. O presente contrato será extinto nas hipóteses previstas no art. 155 da lei 14.133/21.

8.4. A rescisão por culpa do contratado dará ensejo às responsabilidades administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/21).

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 Caso a contratado apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciado no Sistema de Cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais, conforme previsto no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula sexta desse contrato, é vedado qualquer reajustamento de preços, salvo na hipótese de revisão ou reajuste dos preços contratados para manutenção do equilíbrio financeiro do contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A contratante designará o servidor **XXXXXXXXXX**, que atuará como o fiscal do presente Contrato, a qual acompanhará a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

12.1 O CONTRATADO responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

13.1 A formalização desse instrumento foi motivada em face da necessidade de atender as necessidades dos programas e ações mantidas pelas secretaria contratante.

13.2 O presente contrato vincula - se ao Processo Administrativo 025/2026, ao Edital e anexos do procedimento de Dispensa de Licitação Nº 010/2026, bem como à proposta da CONTRATADA e demais documentos que instruem o processo para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica eleito o foro da cidade de Manoel Emídio, Estado do Piauí, da qual este Município é Termo, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sebastião Leal, _____ / _____ / 2026



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LEAL



Secretaria Municipal de *****
- CONTRATANTE

CONTRATADA

TestemunhaS